



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

ANEXO III – MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL NA CIDADE DE MONTES CLAROS Nº:/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE JUVENÍLIA**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.485/0001-37, com sede Administrativa na Praça Antônio Joaquim de Lima, 10 – Centro – Juvenília/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rômulo Marinho Carneiro, brasileiro, casado, portador da RG 7.412.999-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº986.115.506-68, residente e domiciliado na Rua Erondino Montalvão, 47, Centro – Juvenília, de ora em diante denominado simplesmente “**Contratante**”, e de outro a empresa.....(qualificar)....., a seguir denominado “**Contratada**”, resolvem firmar o presente contrato administrativo para o fornecimento de combustíveis para aplicação nos veículos que integram a frota do Município de Juvenília e que se deslocam transportando pacientes que requer tratamento fora do domicílio (TFD) ou eventuais veículos que se deslocam até a cidade pólo de Montes Claros, conforme detalhado na cláusula primeira, contratação esta com regime execução indireta – empreitada por preço unitário, em conformidade com os ditames do art. 6º da lei8.666/93, em observância no que couber ao descrito no anexo II – ata de registro de preços, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transporte, em face do desfecho do Processo Licitatório nº 025/2018 – Pregão Presencial nº 012/2018, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e, em observância ao teor da justificativa e mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de abastecimento de veículos da saúde em transito, transportando pacientes que requer tratamento fora do domicílio (TFD), bem como eventuais veículos que integram a administração municipal que se deslocam até a cidade pólo de Montes Claros e ou Belo Horizonte, justifica-se a abertura de processo licitatório para **Registro de Preços** para a futura e eventual aquisição de combustíveis de forma parcelada diante da necessidade de consumo, conforme detalhado no termo de referencia.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato administrativo o fornecimento dos itens (.....detalhar cada item, o valor unitário, os quantitativo estimados e o valor total estimado de cada item....), correspondente aos objetos descritos no quadro do anexo I – termo de referencia, devidamente registrados na “Ata de Registro de Preços”, para aplicação na frota de veículos que se deslocam no transporte de pacientes e eventuais veículos para tratar de assuntos administrativos até a cidade de Montes Claros e ou cidade de Belo Horizonte, abastecimento este diante da necessidade de consumo e em conformidade ainda com o descrito no instrumento convocatório/edital e seus anexos e em observância aos preços constante na proposta comercial de preços devidamente reformulada pós-lances, e em observância às determinações da lei federal de licitação nº 8.666/93, instrumentos estes que são parte integrantes do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

3.2 Para o Exercício futuro será informada a nova rubrica orçamentária através de apostilamento em conformidade com os ditames do § ° do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA CONTRATUAL

4.1 Este contrato terá sua vigência de(.....) meses a contar da data da sua assinatura e encerrar-se-á no dia/...../.....

4.2 Em observância ao interesse público o presente contrato administrativo poderá ser prorrogado por acordo entre as partes em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1 A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, respeitada as regras da ata de registro de preços e os ditames do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

5.2 Ocorrendo aumento dos produtos devidamente autorizados pelo Órgão Federal (ANP), o mesmo só será objeto de alteração contratual através Termo Aditivo devidamente firmado entre as partes, mediante a apresentação da Nota Fiscal da Distribuidora com os novos preços pela aquisição dos produtos majorados.

5.3 Ocorrendo o fato constante no item 5.2 a **Contratada** deverá emitir notas fiscais para cada secretaria requisitante com fechamento de todos os produtos entregues até a data da celebração do termo de aditamento anexando à mesma os respectivos cupons fiscais, e nos finais de semanas seguintes emitir novas notas fiscais para cada secretaria requisitante com os novos valores que originou a aquisição de novos produtos com preços majorados devendo e, posteriormente..

5.4 Na ocorrência de pedido de novos realinhamentos de preços decorrentes de homologação da Agência Nacional de Petróleo-ANP, a **Contratada** deverá anexar à correspondência copia da nota fiscal que foi acostada ao ultimo termo aditivo ao contrato administrativo.

5.5 Para gozar do direito de ver os preços corrigidos, a contratada deverá formular correspondência ao **Contratante** justificando a necessidade do realinhamento dos preços e anexando à respectiva correspondência copia das notas fiscais apresentadas no ato do desfecho do certame.

5.6 A emissão de cupom fiscal com novo preço do produto fornecido só será permitido após atendida aos ditames constantes no item 5.2, sob pena do não pagamento da despesa até a devida regularização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1 O **Contratante** se obriga a proporcionar a **Contratada** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

6.2 Comunicar a **Contratada** toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos objetos, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas de modo a evitar prejuízos ao Erário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

02

6.3 Providenciar os pagamentos a **Contratada** no prazo pactuado na cláusula segunda, subitem 2.2.1, mediante nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento emitida por servidor do Município devidamente credenciado, é necessário ainda acostar a nota fiscal copia dos cupons fiscais, copia das respectivas ordens de abastecimentos, sob pena de não realização do pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 No ato da assinatura deste contrato administrativo a **Contratada** se compromete a disponibilizar para fins de atendimento inerente a abastecimento de veículos e máquinas, toda a estrutura que se fizer necessária em conformidade com as exigências legais da (Agencia Nacional de Petróleo-ANP) devidamente instalada na sede do Município de Juvenília/MG, em conformidade com o que prescreve o instrumento convocatório/edital, anexo I – Termo de Referencia, anexo II – Ata de Registro de Preços, instrumentos estes que fazem parte do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

7.2 Quando requisitado pelo **Contratante** a **Contratada** deverá disponibilizar por sua conta e risco os produtos para fins de realização de teste de qualidade dos mesmos, e na ocorrência de qualquer irregularidade a **Contratada** assumirá para si toda e qualquer responsabilidade, sujeitando-se ainda às penalidades cabíveis em decorrência de eventual dano ocasionado no veículo do Município.

7.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **Contratante** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em decorrência da realização do abastecimento diretos em veículos e s.

7.4 A **Contratada** se limitará a abastecimento somente de veículos de propriedades do Município de Juvenília, mediante recebimento de ordem de abastecimento emitida por servidor devidamente credenciado.

7.5 A **Contratada** deverá colher assinatura do condutor do veículo dos objetos devidamente instalada na sede do Município, com o numero da sua respectiva identificação civil, junto ao cupom fiscal em conformidade com as exigências do fisco estadual, lançando no respectivo documento os dados do veiculo (placa e quilometragem) ou dados da máquina.

7.6 Em hipótese alguma será permitida, o abastecimento, de veiculo de ordem particular, a débito do Município, sob pena da **Contratada** incorrer em responsabilidades penais e administrativas.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DE PREÇOS

8.1 É de responsabilidade da **Contratada** expedir comunicação (por escrito) ao **Contratante** identificando a ocorrência de alteração dos preços (aumento ou diminuição) dos produtos devidamente autorizada pela Agencia Nacional de Petróleo (ANP), sob pena de sustação de pagamento no caso de omissão da respectiva comunicação, objeto de pactuação de Termo Aditivo Contratual.

8.2 Conforme preceitua o Art. 40, inciso XI, combinado com o Art. 55 Inciso III ambos da lei 8.666/93, o reajuste de preço para fornecimentos dos produtos objeto do presente instrumento terá como critério os índice homologados pela Agencia Nacional de Petróleo (ANP), resultando (acrécimo ou decréscimo no preço), observando no que couber dispositivos da lei 10.192/01 e da lei 8.987/95.

8.3 A pratica de novo preço só será permitida após celebração do “Termo Aditivo” com aprovação da Autoridade Máxima Municipal, mediante apresentação da nota fiscal que originou a aquisição do produto junto



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

a distribuidora com novo preço.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização sobre o fornecimento dos produtos objeto da presente licitação, será exercida por uma Comissão Especial devidamente constituída pelo **Contratante**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade do **Contratante** ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O **Contratante** se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO

11.1 Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta contratação, erros ou atrasos na entrega dos objetos e quaisquer outras irregularidades, a Administração Municipal poderá garantir a prévia defesa, aplica à **Contratada** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total remanescente do contrato administrativo, no caso da **Contratada** não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de reincidência no descumprimento de avenças do contrato administrativo por parte da **Contratada**, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme prescreve o art 7º da lei 10.520/2002;

d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

12.2. A sanção de advertência de que trata o subitem 11.1, letra a poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do instrumento convocatório/edital, anexo I - Termo de Referencia, do anexo II – Ata de Registro de Preços, ao valor da proposta comercial de preço reformulada pós lances, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 É vedado às partes transferir a terceiros qualquer ou obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 É de total responsabilidade do Contratante, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Montalvânia/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Prefeitura Municipal de Juvenília/MG, de de

Rômulo Marinho Carneiro
Prefeito Municipal

Nome
Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUVENÍLIA

Praça Antônio Joaquim de Lima, 10-centro*E-mail: licitacao@Juvenília.mg.gov.br

CEP 39.467-000 - MINAS GERAIS

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: 1..... 2.....